

A IDOLATRIA TEÓRICA: UMA CRÍTICA À HISTÓRIA TRADICIONAL DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

THE THEORETICAL IDOLATRY: A CRITIC OF THE TRADITIONAL HISTORY OF THE DISCIPLINE OF INTERNATIONAL RELATIONS.

Mateus de Paula Narciso Rocha¹

Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: mateusdepaula@outlook.com

Resumo: Este artigo tem por objeto a história tradicional da disciplina de Relações Internacionais, a denominada “história dos grandes debates”, e objetiva criticar teoricamente essa abordagem. Pretende-se compreender se há um fundamento teórico equivocado que informa a narrativa e por que uma perspectiva reconhecida pela historiografia como inconsistente segue sendo a apresentação mais influente dessa área de estudos. Argumenta-se, *inter alia*, que essa abordagem sustenta, de modo tácito, uma “autonomia no movimento das ideias”, pois dissocia e isola a trajetória desse ramo da ciência social das dinâmicas extracientíficas. Este “insulamento apriorístico” dos condicionamentos sociais é equivocado e configura a “idolatria teórica”, fazendo com que essa ciência seja apresentada pelo que se espera que ela seja (dever ser) e não pelo que é. Essa idolatria teórica, ao sugerir que a história da disciplina é um movimento ideacional de progressiva aproximação à verdade, convenientemente legítima e entroniza as teorias e metodologias mais influentes. Destarte, entendemos que, além dessa função legitimadora, a simplicidade da narrativa, conjugada à ausência de alternativas globais para a história da disciplina, tende a fazer com que, não obstante os equívocos empíricos e teóricos, a história dos grandes debates permaneça como a principal introdução à disciplina.

Palavras Chave: História dos Grandes Debates; Teoria das Relações Internacionais; Epistemologia; Sociologia do conhecimento.

Abstract: The object of this article is the traditional history of the discipline of International Relations, the so-called “history of great debates”, and it aims to criticize theoretically this approach. We intended to know if there are a wrong theoretical bedrock that informs the narrative, and why a perspective recognized by historiography as inconsistent remains the most influential presentation of this field of studies. We argued, *inter alia*, that this approach tacitly sustain an “autonomy in the movement of ideas” because dissociates and isolates the trajectory of this branch of social science from extra-scientific dynamics. This “aprioristic insulation” from

¹ Bacharel em Relações Internacionais (UFU). Mestrando em Relações Internacionais (PPGRI/UFU).

social conditioning is mistaken and configures a “theoretical idolatry”, which makes this science be presented by what is expected to be (ought to be) and not for what it is. This theoretical idolatry, by suggesting that the history of discipline is a progressive and ideational movement of approximation to truth, legitimizes and enthrones the most influential theories and methodologies. Therefore, we understood that, beyond the function of legitimization, the simplicity of the narrative associated with the absence of other global alternatives tends to make the history of great debates the major introduction to the field, notwithstanding the empirical and theoretical mistakes.

Keywords: Great Debates History; Theory of International Relations; Epistemology; Sociology of Knowledge.

INTRODUÇÃO

É hábito, nos livros didáticos e nas salas de aula, contar a história das Relações Internacionais por meio dos chamados “Grandes Debates”. A narrativa é amplamente aceita como a melhor apresentação do estudo teórico do campo. Poder-se-ia imaginar, com os positivistas, que a aceitação dessa narrativa pela comunidade científica indica o grande vigor explicativo e, também, a ampla correção dessa abordagem. Contudo, revisões historiográficas, iniciadas há pelo menos duas décadas, demonstraram que, ao contrário, a narrativa tem sérios problemas empíricos. Verifica-se, destarte, que a principal apresentação deste campo teórico é inconsistente, mas, ainda assim, segue sendo aceita por parcela significativa da comunidade científica. É fundamental, portanto, descobrir as razões dessa situação.

Essa questão foi o *primum mobile* do trabalho e conduziu a outras perguntas. Qual a razão da resiliência da narrativa? Como a comunidade científica aceita e reproduz uma narrativa inconsistente? Existe algo além dos equívocos empíricos da narrativa? E, de modo mais amplo, deve-se contar a história de uma disciplina de modo autônomo, isto é, isolando-a dos desenvolvimentos do próprio objeto e do condicionamento social?

Essas amplas questões fundamentaram o trabalho. Ainda que não seja possível dirimi-las, foi ao tangenciar essas questões que o trabalho foi construído. Contudo, tais indagações demandaram um movimento intelectual muito diferente do realizado pelos historiadores do campo, o que transformou a pesquisa mais em uma discussão filosófica do que em uma pesquisa empírica tradicional. Para oferecer uma resposta aproximativa a essas questões uma reflexão teórica sobre a narrativa era necessária e, assim, nossa discussão foi guiada em um prisma distinto do historiográfico. Diversos trabalhos (Schmidt, 2012; Ashworth, 2014; Carvalho *et al*, 2011; Bell, 2009) já demonstraram os equívocos empíricos da “história dos grandes debates”, especialmente em relação ao “primeiro debate”². A pretensão é contribuir com a discussão do conjunto da narrativa, pois sustentamos que (i) existem premissas teóricas que informam a narrativa e, logo, ela (ii) pode ser discutida teoricamente e, também, (iii) as

² O principal argumento utilizado é que não há evidências factuais do primeiro grande debate, sendo este mais uma construção discursiva do pós-guerra do que um acontecimento empírico. (Ashworth, 2014).

principais premissas que informam a narrativa estão equivocadas em alguns aspectos. Isto é, consideramos essa narrativa histórica como um desdobramento de uma teoria de fundo, e buscamos determinar se seus equívocos nasceram dessa “teoria”.

Para tanto este ensaio se inspira na caracterização clássica de Robert Cox (1981) – entre *Teoria de Solução de Problemas* e *Teoria Crítica* –, e busca se é válido estender a disjuntiva coxiana para além da discussão teórica. Destarte, em conjunto às indagações da Teoria Crítica, discutimos se a narrativa dos grandes debates é uma derivação de uma teoria positivista (teoria de solução de problemas). Isto é, se ela é uma narrativa instrumentalizada, que de alguma forma legitima as teorias ortodoxas³.

O trabalho é dividido do seguinte modo: na Seção 2, apresentamos nossa perspectiva (meta) teórica, passo necessário, porquanto todo texto acadêmico é informado por uma metateoria, e é justo apresentá-la explicitamente ao leitor. Após introduzir nosso instrumental analítico, oferecemos, na Seção 3, o nosso objeto, isto é, a história dos grandes debates na sua formatação tradicional. De modo subsequente, na Seção 4, extraímos o que julgamos ser o núcleo teórico da narrativa e realizamos a crítica desses pressupostos, bem como tentamos estabelecer as razões da resiliência da narrativa. Por fim, nas Considerações Finais, indicamos outros pressupostos teóricos que poderiam informar uma história da disciplina sem os equívocos da história tradicional.

2. COSMOVISÕES MODERNAS

“[...] A noite não anoitece pelos meus olhos,
A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
A noite anoitece concretamente
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.”
Fernando Pessoa

³ Utilizamos “ortodoxas” para fazer referência às tradições predominantes nos Estados Unidos, ou seja, o “Realismo Estrutural” e o “Neoliberalismo Institucional”.

2.1 Ontologias e Epistemologias

Toda interpretação sobre a realidade guarda, no seu íntimo, uma ontologia e uma epistemologia. Independente da adjetivação que se dê a uma interpretação, os elementos teóricos⁴ sempre se fazem presentes (Diesing, 1991; Smith *et al.*, 1996). Estes elementos são entregues pelo autor ao leitor, ainda que de forma inconsciente. Assim, até as abordagens que acreditam serem neutras, como a historiografia rankeana, não estão isentas de professar posições teóricas e metateóricas⁵. É o que observa Lukács:

O empirismo limitado contesta, na verdade, que os fatos só se tornam fatos por meio da elaboração de um método – que varia conforme a finalidade do conhecimento. [...] Não vê que a mais simples enumeração de “fatos”, a justaposição mais despojada de comentário já é uma “interpretação”, que nesse nível os fatos já foram apreendidos a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida no qual se encontravam originariamente e introduzidos no contexto de uma teoria (Lukács, 2003: 71).

Assim, este item discute as seguintes questões: “O que é uma ontologia? ”, “O que é uma epistemologia? ”, “Qual a importância destas dimensões abstratas? ”.

A principal questão filosófica é a questão ontológica, isto é, a pergunta: “O que é?”. Destarte, Aristóteles (2002) considera a ontologia, ou metafísica, como a “filosofia primeira” (*philosophia prima*). A ontologia é o estudo do ser, da essência. Trata da verdade em si, independente do sujeito. Ela indaga a natureza da coisa, não necessariamente o seu estado. Assim, uma posição ontológica diz respeito à realidade em si, comumente distinguindo as categorias de “ser” (i.e., substância) e “ente” (i.e. existente).

Uma imagem auxilia a compreender a substância e a importância da ontologia. Saramago (1998) certa vez disse: “A estátua é a superfície da pedra, a estátua é só a superfície da pedra, é o resultado daquilo que foi retirado da pedra [...]” Se pensarmos a ontologia por estes

⁴ Está presente no próprio étimo de “teoria” esta concepção. Teoria vem do grego (*Theoria*) e designa “observação”, “contemplação”. O sujeito que contempla precisa contemplar algo, este algo precisa existir previamente. Não por acaso a palavra teatro (*Theátron*) compartilha a mesma raiz etimológica (*Thea*). Ou seja, é preciso que a realidade surja, como os atores surgem ao palco, para o espectador saboreá-la. Além disto, sabor (*sapere*) é da mesma família latina de saber (*sapere*). Indicando, a proximidade do saber à realidade.

⁵ Afinal, quando a história discrimina o que é “relevante” do que é “supérfluo” está realizando um procedimento teórico (Carr, 1961, p. 3-35). Caso não realize este procedimento, a história torna-se um amontoado de fatos sem sentido.

termos, fica evidente que a ontologia é a “pedra” a partir da qual as mais diversas construções ideacionais humanas (i.e., teorias e interpretações) são possíveis. Todo esforço de interpretação, teorização, contemplação é calcado nela, pois ela fornece o sentido primeiro.

Já a epistemologia, ou gnosiologia, pode ser considerada como a “filosofia segunda”. Ela está imbricada na ontologia, pois toda afirmação sobre a realidade implica, necessariamente, uma resposta positiva em relação à possibilidade do conhecimento, contudo é uma dimensão singular. Assim, a epistemologia questiona: “É possível conhecer?”, “Sendo possível, como conhecer?” (Moser *et al*, 2009).

A epistemologia é a reflexão sobre a possibilidade de os sujeitos alcançarem a verdade, o conhecimento. Ela questiona se é possível sair da “opinião” e alcançar o “conhecimento”; ou, conforme os termos platônicos, sair da *doxa* e alcançar a *episteme*. Assim, uma posição epistemológica sempre diz respeito à *realidade para o sujeito*, tratando das categorias de sujeito (i.e. posto sob) e objeto (i.e. posto adiante). A problemática epistemológica foi com maior rigor na época moderna, mas também acompanha toda a história do pensamento.

Estas duas dimensões filosóficas, ou metateóricas, auxiliam a analisar os pressupostos das narrativas e das teorias. Se conseguirmos por meio dessas questões identificar qual tipo de “pedra” por onde se talhou uma narrativa/teoria, saberemos quais os elementos substantivos e quais os elementos adjetivos de uma dada construção. Sabendo o que é substantivo, é possível levar o questionamento aos elementos centrais tornando mais reveladora a análise dos pressupostos.

2.2 Antirrealismo, Realismo Empírico e Realismo Crítico

A ontologia se situa, como apontado, numa dimensão de elevada abstração e pergunta sobre o ser das coisas; isto é, ela não se pergunta sobre o estado, mas sobre a natureza, sobre a essência que possibilita a existência do ente enquanto tal. Convencionou-se, dentro da filosofia da ciência, que toda ontologia deve responder a uma pergunta chave: “Há um mundo independente da nossa consciência?” (Niiniluoto, 2002)

Esta pergunta comportaria dois tipos de resposta, que correspondem as duas principais famílias ontológicas. Se respondemos “sim”, estamos dentro da ontologia *realista*. Se respondemos “não”, estamos dentro da ontologia *antirrealista*. Esta clivagem pode ser relacionada, grosso modo e respectivamente, às correntes “materialistas” e “idealistas” da filosofia ou às abordagens “explicativas” e “compreensivas” das Relações Internacionais (Hollis e Smith, 1990).

A posição *antirrealista* é caracterizada pelo subjetivismo e pelo ceticismo extremado (Duayer, 2015). Segundo esta posição o mundo depende de nossa existência para existir. Costuma-se atribuir o rótulo de “idealismo subjetivo” aos expoentes desta abordagem, como as metafísicas de Descartes e de Kant. Em geral, os antirrealistas negam que a ontologia seja efetivamente a filosofia primeira, colocando a epistemologia em seu lugar⁶. O aforismo cartesiano é ilustrativo: *Cogito, ergo sum*.

Aqueles que defendem a posição antirrealista costumam minimizar a importância da ontologia e realçar a importância da epistemologia. Destarte, por exemplo, os adeptos dessa ontologia nunca definiriam que existe “uma” história da disciplina, existiriam incontáveis e incomparáveis histórias, sendo impossível caracterizar qual dessas é mais adequada que as outras.

Assim, a negação da existência independente da realidade e o postulado de que ela é inacessível, são posições características da posição antirrealista. Desta forma, os antirrealistas costumam tornar igualmente válidas teses antagônicas sobre o mundo social. Uma interessante ilustração desta posição é a frase de Nietzsche (1978: 304): “Contra o positivismo, que atesta ao fenômeno, ‘só existem fatos’, eu objetaria: não, justamente não há fatos, somente interpretações.” Isto é, nunca acessamos o númeno kantiano, estamos presos ao fenomênico.

Portanto, se há somente interpretações, não é possível apresentar uma ou outra como verdadeira, pois não há base concreta de comparação, exceto as próprias interpretações.

⁶ Afinal, os antirrealistas baseiam sua resposta em uma negativa epistemológica. Defendendo a impossibilidade do conhecimento, a ontologia fica bloqueada (Duayer, 2015).

Assim, a ideia de verdade fica bastante empobrecida, sendo até descartada por alguns autores, como Rorty.

De forma antagônica, a posição *realista* responde que há um mundo independente da nossa consciência. Esta posição se caracteriza por apontar a primazia deste mundo efetivo para a existência da consciência, isto é, a lógica antirrealista é invertida. Logo, diferente do aforismo de Descartes, o Ser não é dependente do pensamento, mas o pensamento é dependente do Ser – é preciso existir para pensar. Esta posição aponta que a ontologia segue como a filosofia primeira.

Uma vez que há esta resposta positiva, os realistas afirmam que a realidade é passível de, em alguma medida, ser objetivamente conhecida, em contraste com os antirrealistas. Ou seja, para esta perspectiva a realidade só pode ser conhecida por meio de nossas observações, mas estas, por si mesmas (*per se*), não modificam o ser. Segundo Edgar Morin (2011: 28): “Devemos reconhecer como dignas de fé apenas as ideias que comportem a ideia de que o real resiste à ideia. Esta é uma tarefa indispensável na luta contra a ilusão”. Isto é, a rocha não deixa de ser rocha se começo a imaginar que sua consistência não é sólida, mas líquida. Ela é indiferente ao nosso pensamento.

A posição realista, contudo, é complexa. Há um contraste fundamental entre aquilo que se chama de os “realistas empíricos” e os “realistas críticos”. Os *realistas empíricos* respondem que há este mundo independente da nossa consciência, mas que só podemos ter acesso ao mundo empírico atual. Esta posição é típica dos positivistas, como Comte (1978: 19), que postula: “A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico) e torna-se pesquisa de suas leis, entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis.”

Já os *realistas críticos* também respondem que há o mundo independente da nossa consciência, mas apontam que este mundo é um produto histórico, sendo o mundo social um produto da ação humana (Bhaskar, 1979; Duayer, 2015). Assim, os realistas críticos se diferem dos empíricos por inserir a variável temporal e observar os fenômenos dinamicamente

e em perspectiva. Ao inserir a variável temporal, também inserem a questão e o problema da “mediação”, ausente dos empíricos, que indica os limites e dificuldades da objetividade plena.

Cada uma destas posições traz uma visão de mundo distinta. Os antirrealistas, céticos extremados e idealistas subjetivos, não acreditam na possibilidade de alcançar um conhecimento objetivo da realidade e, assim, descartam a consideração sobre a verdade. Já os realistas acreditam no conhecimento objetivo. Entretanto, enquanto os realistas empíricos acreditam que este conhecimento é imediato (experimental), lógico e sensível, os realistas críticos acreditam no conhecimento objetivo como algo mediado pelo processo sócio-histórico e, portanto, sempre limitado e incompleto⁷. Assim, por não perder a perspectiva da objetividade, os realistas não perdem a perspectiva da verdade, ainda que, especialmente para os críticos, só possamos alcançar uma “porção limitada de verdade” (Corrêa, 2013).

Este trabalho se associa ao realismo crítico, por três razões: (i) inserir a variável temporal, a diacronia; (ii) não confundir a essência, o ser, com o estado, o ente, de uma coisa; (iii) não abandonar o parâmetro de verdade/objetividade⁸. Assim, associados a esta perspectiva, defendemos que há um mundo objetivo independente de nós, que há um parâmetro para a verdade (o real), e que a ciência busca decifrar em alguma medida este mundo objetivo. Este tipo de realismo ontológico está em consonância com a abordagem da Teoria Crítica lançada por Robert Cox. No Quadro 1 apresentamos, a título ilustrativo, uma comparação entre essas cosmovisões.

QUADRO 1 – TRÊS ONTOLOGIAS MODERNAS

	Antirrealismo	Realismo Empírico	Realismo Crítico
Autor chave	Nietzsche	Comte	Hegel
Realidade é independente?	Não	Sim	Sim
Conhecimento Objetivo	Impossível	Possível	Possível
Verdade	Não há uma verdade, há várias, incomensuráveis.	Há verdade, e verdade é estabelecer a lei, i.e., a relação causal que se repete	Há verdade, e verdade é capturar a essência dinâmica de um fenômeno

⁷ O caráter “limitado e incompleto” é importante, pois diferente dos realistas empíricos, os críticos ao apontarem para a questão “mediata” do conhecimento apontam para as insuficiências e problemas relacionados a essa mediação.

⁸ Cabe apontar que verdade é entendida enquanto um fenômeno aproximativo, próxima, portanto a ideia de correção. Afinal, está além da condição humana a possibilidade de apreensão total da “verdade”.

Diferença Aparência-Essência	Só acessamos o fenômeno, nunca o númeno	Não, essa discussão não é científica, mas metafísica.	Sim, mas é possível acessar a “coisa” a partir de suas “manifestações”
Categoria privilegiada na “relação sujeito-objeto”	“Sujeito”, que tem a pretensão de capturar um objeto que, na verdade, ele constrói	“Objeto”, capturado por qualquer cientista racional (sujeito ausente, não interfere)	“Relação”, entre o sujeito que projeta valores/sentido e um objeto que resiste a ser apreendido.
Conhecimento ideal	Qualitativo, literário	Quantificado, matemático, amparado em experimentação	Qualitativo, amparado historicamente
Especificidade do estudo social	Sim	Não	Sim
Ciência	Disputa por poder	Produz conhecimento seguro e verdadeiro, i.e., a teoria dominante é a melhor	Produz conhecimento útil, mas é instituição humana e nem sempre segue os ideais
Valores	Estão presentes irremediavelmente	São expurgáveis mediante método científico	Estão presentes, o que se deve é explicitar e não projetar ao objeto.

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, realçando a ontologia, indicamos que a reflexão está dependente do ser, isto é, a epistemologia e a teoria são dimensões dependentes do agente social e do meio social. Assim, é preciso indicar que primeiro há o ente e só depois a reflexão, a teoria. Esta última surge sempre *a posteriori (ex post)* visando interpretar e desvendar o fenômeno que surgiu, ou está surgindo, ao teatro da vida.

É o instrumental analítico do realismo crítico, cujo teórico maior é Hegel, que utilizamos para discutir a história tradicional. Enquanto um antirrealista apenas consideraria a história tradicional um resultado da relação de poder, sendo impossível uma história objetiva do campo, um realista empírico, costumeiramente adepto do cientificismo⁹, não esperaria qualquer problema com a história tradicional, uma vez a expectativa de que ciência é exercida por cientistas popperianos e que o consenso acadêmico é o mesmo que correção empírica. Discordamos das duas posições.

⁹ De acordo com o Dicionário Houaiss (2001), cientificismo é a: “concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade (religião, filosofia metafísica etc.), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo”.

O argumento delineado ao longo do artigo é que a história tradicional realiza um movimento ontologicamente equivocado e idealista. Isto é, ela isola a esfera reflexiva, apresentando-a como autônoma e independente, e esquecendo que ela, na verdade, é o elemento dependente.

3. A HISTÓRIA DOS GRANDES DEBATES

“[...] você receberá uma história de três grandes debates.
Não há outra forma estabelecida de contar a história da disciplina”.

Ole Waever

A história dos grandes debates não é criação de um único autor e, portanto, não tem uma forma unívoca de ser apresentada. É, na verdade, uma aglutinação de diversas ideias sobre a disciplina. Entretanto, esta aglutinação não é ao acaso, há um sentido comum e uma lógica própria, o que permite caracterizá-la como uma narrativa consolidada, com marcante influência nas salas de aula. Em geral, os manuais introdutórios apresentam esta narrativa como “a história da disciplina”. De acordo com Lake (2013: 568), “A história do campo das Relações Internacionais é tipicamente contada como uma série de Grandes Debates, batalhas épicas entre titãs que conformaram a direção da investigação e do conhecimento nas décadas seguintes”.

Esta história conta que a disciplina de Relações Internacionais pode ser corretamente resumida em três ou quatro momentos, onde interpretações distintas competiram para entregar a melhor teoria ou metodologia para estudo dos fenômenos internacionais. Segundo Jackson e Sørensen:

Houve três grandes debates desde que as RI se tornam uma disciplina acadêmica, no final da Primeira Guerra Mundial, e agora estamos entrando no quarto. O primeiro grande debate foi entre o liberalismo utópico e o realismo; o segundo, entre as abordagens tradicionais e o behaviorismo; e o terceiro, entre o neo-realismo/neoliberalismo e o neomarxismo. O quarto debate, o atual, envolve tradições consagradas contra alternativas pós-positivistas (Jackson e Sørensen, 2007: 61).

Segundo esta abordagem, o nascimento da disciplina seria uma resposta intelectual à guerra mundial e sua devastação: “A Primeira Guerra Mundial (1914-18), responsável por milhões de mortes, foi o impulso decisivo para o estabelecimento de uma disciplina acadêmica de RI, cujo

objetivo seria nunca mais permitir o sofrimento humano em tal escala.” (Jackson e Sørensen, 2007: 62).

Assim, o nascimento da disciplina é fixado no ano de 1919 (Schmidt, 2012; Carvalho *et al.* 2011). Carvalho *et al.* (*Ibidem*: 4) interpretam esta data como o *big bang* da disciplina. Segundo esta narrativa, neste ano surge o primeiro departamento em Aberswyth, no Reino Unido, e a Liga das Nações. Segundo Albrecht e Brauch:

A disciplina de relações internacionais nasceu em 30 de maio de 1919 na conferência da Paz de Versalhes (Paris) quando os conselheiros políticos do presidente dos EUA W. Wilson e o Primeiro Ministro Britânico L. George acordaram de estabelecer institutos científicos para o estudo das relações internacionais em seus países para enfocar as causas, condições e formas da guerra e paz [...] (Albrecht e Brauch, 2008: 504).

Como conta esta história, o nascimento da disciplina seria uma vitória do “idealismo” e do seu desejo voluntarista de impedir outras guerras¹⁰. A criação da Liga das Nações e discursos como os “14 pontos de Wilson” explicitariam o domínio desta abordagem. Entretanto, a utopia idealista cai em conjunto à Liga das Nações e a paz mundial, na década de 30. A melhor interpretação do mundo não deveria ter se pautado no que “o mundo deveria ser”, mas em como “o mundo é”. Os custos da abordagem idealista foram muito altos, pois a guerra voltava a assolar o mundo. O “realismo” é a proposta de E. H. Carr para combater o pensamento utópico/idealista (Nogueira e Messari, 2005: 3).

Em 1939, pouco após o começo da Segunda Guerra Mundial, Carr publica “*The Twenty Years’ Crisis*”, contestando o idealismo predominante nos estadistas e acadêmicos. Em vista dos prejuízos do idealismo, isto é, ter permitido a Segunda Guerra Mundial, ele indica a necessidade de uma visão mais realista¹¹ das relações internacionais. Segundo Carr (2001: 21): “a fraqueza característica da utopia é também a fraqueza característica dos intelectuais políticos: não entender a realidade existente e o modo pelo qual os padrões se relacionam com ela”. Ademais, aponta Carr:

A antítese de utopia e realidade pode, em alguns aspectos, ser identificada com a antítese livre arbítrio e determinismo. O utópico é necessariamente voluntarista:

¹⁰ O idealismo teria como precursor o pensamento de Norman Angell, no livro “A grande ilusão” de 1910.

¹¹ Ressalte-se que nesta seção estamos tratando do plano político, não do filosófico. Portanto, realismo faz referência ao “realismo político”, idealismo faz referência ao “idealismo político”.

acredita na possibilidade de, mais ou menos radicalmente, rejeitar a realidade, e substituí-la por sua utopia por meio de um ato de vontade. Já o realista analisa um curso de desenvolvimento predeterminado, que ele é impotente para modificar. (Carr, 2001: 17).

Destarte, observa Carr (2001: 85): “o realismo entra em cena muito após a utopia, e como forma de reação contra ela”. No livro “Introdução as Relações Internacionais” de Jackson e Sørensen (2007: 69), é observado que: “O idealismo liberal não foi uma boa orientação intelectual para as relações internacionais nos anos 30”. De acordo com Hey:

Depois que a Primeira Guerra Mundial demonstrou o horror que humanos poderiam impor uns aos outros, idealistas solicitaram a criação de instituições para mitigar a violência e a ganância... A Segunda Guerra Mundial, e especialmente o Holocausto, assim como o colapso da Liga das Nações, efetivamente minaram a teoria idealista. (Hey *apud* Carvalho *et al*, 2011: 752)

Assim, o primeiro grande debate foi vencido pelo “realismo”, que detinha a teoria mais apta para explicar o mundo. De acordo com Jackson e Sørensen (2007: 74): “O primeiro grande debate foi claramente vencido por Carr, Morgenthau e outros pensadores realistas. A lógica do realismo prevaleceu nas relações internacionais, não somente entre os acadêmicos, mas também entre os políticos e diplomatas”. Assim, “foi a falha idealista em compreender as forças que levaram à Segunda Guerra Mundial que fizeram emergir o realismo como paradigma dominante no imediato período após 1945” (Rochester *apud* Carvalho *et al*, 2011: 753).

Entretanto, observa Jackson e Sørensen (2007: 74) que: “embora o realismo tenha vencido o primeiro debate, ainda permaneceram, na disciplina, teorias em competição que se recusaram a aceitar a derrota definitiva.” Estas teorias iriam suscitar os debates subsequentes.

Em seguida, nos anos 50 e 60, teria se desenvolvido o segundo grande debate, relativo a questões metodológicas. Este iria separar os “tradicionalistas” dos “cientificistas” (behavioristas). Este debate não teve um vencedor claro, mas o behaviorismo teve um efeito duradouro na disciplina (Jackson e Sørensen, 2007: 77). Os cientificistas ganharam fôlego nos Estados Unidos da América (EUA), sendo a posterior “síntese neo-neo” (entre a teoria neoliberal e a teoria neorrealista), proposta por Waever, um indicativo disto.

O terceiro grande debate¹², rotulado de interparadigmático, surge nos anos 70. É instigado pela crítica neomarxista às abordagens predominantes da disciplina – (neo) liberalismo e (neo) realismo. Em semelhança ao anterior, neste debate também não houve um vencedor claro (Jackson e Sørensen, 2007: 77). Entretanto, este debate inseriu temas socioeconômicos na agenda do campo:

Não é um debate como os dois discutidos anteriormente, mas uma expansão notável da agenda de pesquisa acadêmica de RI, com o objetivo de incluir questões socioeconômicas de bem-estar, assim como político-militares e de segurança. (Jackson e Sørensen, 2007: 92)

De acordo Waever (2005: 9): “Em 1980 houve um maior – e em geral brutal – confronto entre o que Keohane rotulou de racionalistas e reflexivistas [...]”. Este seria o último e o atual debate. Despontando em meados dos 80 e início dos anos 90, colocaria em campos opostos o que outros classificam como “positivistas” (i.e. neorealistas e neoliberais) contra os “pós-positivistas” (teoria crítica, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, feminismo entre outros), sendo caracterizado como um debate epistemológico (Nogueira e Messari, 2005) (Jackson e Sørensen, 2007). A disciplina, portanto, teria passado por quatro debates, sendo os dois primeiros conclusivos e os dois últimos inconclusos, conforme sintetiza o Quadro 2.

QUADRO 2 – OS GRANDES DEBATES

I	[Realismo] x Idealismo
II	Tradicionalismo x [Behaviorismo]
“III”	Neo/Neo x Neomarxismo
IV	Positivismo x Pós-positivismo

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a narrativa conta que a disciplina não só surge da guerra, mas está em estado de “guerra teórica”. Esta guerra já teve um vencedor, a abordagem que teve o mérito de oferecer a melhor explicação para o mundo ser o que é. Entretanto, os vencidos não aceitaram sua condição de vencidos e continuam a instigar sucessivas batalhas teóricas.

¹² Não é consenso caracterizar este debate como um “grande debate”. Cf: (Lake, 2013) (Waever, 2005) (Waever, 1996) (Schmidt, 2012).

4. A IDOLATRIA TEÓRICA

“É a teoria que decide o que podemos observar.”

Albert Einstein

4.1 Uma crítica ao núcleo duro dos Grandes Debates

Diversas premissas sustentam a narrativa dos grandes debates, constituindo algo como um “núcleo duro”. Consideramos que as principais premissas são quatro, sem as quais esta história perde seu caráter, sua unidade.

A primeira premissa é o *formalismo atomístico*. A narrativa, como é usual, fixa uma data formal para o nascimento da disciplina, o ano de 1919, que marca a criação da Liga das Nações, a criação de um departamento de Relações Internacionais em Aberystwyth e a conferência de Paz de Versalhes.

Essa datação, embora usual em outras áreas, ampara uma concepção atomística e mecânica do mundo (Carvalho *et al*, 2011), dividindo o período pré-científico e o período científico e, assim, marginalizando as contribuições anteriores. Com ela perde-se a visão processual e qualitativa que gestou tanto o desenvolvimento do objeto, como a necessidade do surgimento da ciência. Perde-se, por exemplo, o debate imediatamente anterior à guerra, relativo ao imperialismo, de importância fundamental para a disciplina e que se torna, para um estudioso contemporâneo um debate acessório, mais afeto à outras áreas de estudos. Destarte, essa datação legitima diretamente a autonomia desse campo teórico, calcada na autonomia da política, o que fundamenta a constituição de um campo científico próprio em meio ao quadro maior de especialização das ciências sociais. Um entendimento mais amplo seria benéfico não só à disciplina, como às outras áreas de estudo, colocando fenômenos de ampla repercussão como, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial como o marco fundamental da disciplina; o que convidaria a uma discussão e aprendizado amplos que não são constrangidos pelas fronteiras acadêmicas tradicionais.

A segunda premissa é a *antropologia competitiva hobbesiana*, implícita nos grandes debates. A narrativa entroniza a ideia um combate teórico mortal, em uma disciplina em “estado de

natureza”, que só terminará quando uma teoria, e um teórico, conquistarem a vitória definitiva, isto é, a unidade em torno da melhor teoria.¹³ Percebe-se que a antropologia hobbesiana, uma concepção negativa sobre a natureza humana (*Homo homini lupus*), transborda para o âmbito teórico. Como se sabe, a ideia hobbesiana do “Estado de Natureza” é um mundo onde prevalece a anarquia ou o caos, estágio anterior ao surgimento do Estado, instituidor da ordem, da unidade, da paz social.¹⁴ Destarte, assim como Hobbes aguarda/legitima o surgimento do Estado absolutista, a narrativa dos grandes debates aguarda/legitima o surgimento de uma vitória teórica final que faria a disciplina deixar o seu estado “pré-paradigmático”, ou pré-científico, e tornar-se uma “ciência madura”, unitária metodologicamente. Um desejo de óbvia raiz positivista (Löwy, 2013), o que aproxima a narrativa a esta metodologia.

A ideia de que os “debates” culminam na vitória de um programa de pesquisa guarda uma ilusão recorrente nas ciências humanas. Esta ilusão é o naturalismo de base positivista, isto é, a ideia de que um único paradigma metodológico seria a situação ideal para o funcionamento da ciência. Entretanto, esta ideia só é válida, com ressalvas, para as ciências naturais, onde, por exemplo, o modelo geocêntrico foi substituído pelo modelo heliocêntrico e assim por diante. Nas ciências sociais é possível falar de uma teoria dominante, mas não de um “paradigma”,¹⁵ pois as ciências humanas são, por essência, plurais, isto é, seu atributo principal é que estas não são “ciências maduras”. E isto se coloca pelo fato de interesses sociais antagônico estarem presentes no investigador, na investigação e nos desdobramentos dos resultados, afinal, como observou Dilthey, nas ciências do espírito, as ciências humanas, o sujeito e o objeto são os mesmos¹⁶. Logo, essa ciência está irremediavelmente permeada pela política, sendo falsa a ideia do insulamento da ciência social, pois seus atores nunca estão dissociados do meio social

¹³ Para muitos, esse teórico seria Kenneth Waltz e a produção relativa à política internacional que não dialogue com sua contribuição não deveria ser vista como uma contribuição efetivamente científica.

¹⁴ Em relação à antropologia hobbesiana, ressalte-se que não há comprovação antropológica de que o ser humano é naturalmente mau, até pela dificuldade de definir o que é maldade.. Seguindo Jacob Burckhardt, é mais adequado entender o ser humano como um ser ambíguo e plástico: “O ser humano é o mesmo na guerra e na paz”. Ou, co Sartre, “A existência precede a essência”, isto é, não há essência benévola ou malévola a priori. E, como os seres não apenas competem, mas também cooperam, nada justifica contar apenas um lado da história.

¹⁵ Pois paradigma, para Kuhn, implica a ideia de unidade, que é ausente das ciências humanas (Assis, 1997).

¹⁶ É mediante apreensão desta ideia, da ciência social que Marx trata suas leis do modo de produção capitalista não como leis eternas e retas, mas leis tendenciais de um modo de produção particular.

e político¹⁷. Em suma, esta premissa não apreende que a pluralidade é um elemento incontornável da ciência social.

Observando essa premissa, percebe-se que a narrativa não está apenas contando a história da disciplina, está fazendo mais, isto é, definindo, sub-repticiamente, o que é a disciplina, o que são as boas teorias e que se deve buscar uma unidade teórica, como nas ciências naturais. O que é muito próximo de legitimar o realismo clássico e o realismo waltziano, bem como a metodologia positivista.

A terceira premissa é o *evolucionismo teórico e a temporalidade modernizadora*. Concebe-se o tempo linearmente e de modo progressivo, de modo que as teorias derrotadas ou em desuso são descartadas, não merecem atenção, enquanto as teorias vencedoras, isto é, as mais influentes são a prova de sua correção.¹⁸ O progresso teórico é necessário, tal qual ocorre nas ciências naturais, e as melhores teorias são as mais influentes. Ou seja, há *a identidade entre “sucesso” e “correção” teórica*. De outro lado, a temporalidade modernizadora concebe que as teorias recentes são melhores, de modo que todos os teóricos buscam acrescentar o prefixo “pós” ou “neo” para marcar a novidade de um programa de pesquisa, tal qual a novidade de uma nova linha de celulares, de modo a atrair mais adeptos, ou compradores. Essa idolatria da novidade conjugada ao evolucionismo teórico conduz ao entendimento que são apenas os atributos teóricos e analíticos que explicam o sucesso de certas teorias na academia e na política, e não a realidade social e a política.¹⁹

Duas questões são problemáticas. Primeiro, observe-se que o sucesso em ciências humanas se colocou, inúmeras vezes, mais por atributos sociais (i.e., extracientíficos, ou extrateóricos) do que por uma “correção” na apreensão do objeto. Diversos são os casos, nas ciências sociais e naturais onde considerações individuais, institucionais e sociais interagiram e se sobrepuseram

¹⁷ No contexto americano houve forte simbiose entre a academia de Relações Internacionais e as demandas governamentais (Hoffman, 1977).

¹⁸ Por exemplo, conforme conta o primeiro debate, o sucesso do realismo após a segunda guerra foi indicativo direto da sua correção teórica, enquanto o fracasso terminal dos idealistas um indicativo da sua debilidade analítica.

¹⁹ Este tipo de “verdade pragmática” é defendido até por Popper, sob a ideia de um “Darwinismo teórico” (Löwy, 2013). Esta premissa promove uma ligação entre duas falácias lógicas, a do apelo à autoridade (magister dixit) e a falácia do consenso, com o entendimento equivocado de que a objetividade institucional não permitiria um consenso científico falso.

em relação as considerações epistêmicas, como, por exemplo, o racismo científico do século XIX, a eugenia nazista, a condenação de galileu, o homem de Piltdown. Assim, identificar a teoria da moda, ou a mais influente, como “a melhor teoria” é uma concepção apressada e equivocada da realidade, por não perceber que as teorias sociais respondem dinamicamente à realidade social, e uma moda teórica diversas vezes se coloca por atributos sociais e não por questões meramente epistêmicas, ou acadêmicas.

Segundo, a ideia de que o novo é melhor que o antigo guarda uma visão linear e modernizadora do tempo. A narrativa culmina no atual debate entre positivismo e pós-positivismo, isto é, indica o caráter ultrapassado e supérfluo de se associar ou entrar em outras discussões. A valoração necessariamente positiva do novo também é equívoca, pois é outro apriorismo. Um apriorismo que perde os laços entre ciência e a realidade social e, assim, termina por reproduzir acriticamente o espírito evolucionista do século XIX. Cabe lembrar que o século XX demonstrou, até para os mais cênicos da civilização europeia, que não há relação necessária entre o avanço do tempo e o progresso, como brilhantemente cravou Walter Benjamin na sua 9ª tese sobre a história, ao tempo em que Aime Cesaire comentava que tal identidade só existia porque o europeu desconhecia o correr da vida nas suas colônias, nas margens.

Em suma, ao repetir uma narrativa evolucionista perdem-se diversos elementos do real trajeto da disciplina. Um destes, por exemplo, é a certa anomalia que a Escola Inglesa cria ao tentar inseri-la dentro dos grandes debates. Ou seja, submete-se, inconscientemente, a história da disciplina a parâmetros e ao espírito de uma dada sociedade²⁰ sendo que, ao contrário da crença comum, a vitória analítica do realismo e, depois, do behaviorismo são explicadas muito mais pelos elementos intrínsecos desta sociedade do que pelos atributos das próprias abordagens teóricas.

A quarta premissa é a *geração espontânea (associal) das teorias*. É a ideia de que as teorias surgem sem relação direta com a realidade social e política. Fundamenta-se no entendimento reiterado de que apenas temas e agendas surgem da realidade social, não as teorias. Esta

²⁰ Isto é, a sociedade norte-americana, fascinada pelo novo, pela moda, pela quantificação.

premissa apresenta-se no silêncio, uma vez que na história dos grandes debates não existem considerações sobre o surgimento das teorias com o ambiente social dos teóricos. O único período onde haveria essa consideração conjunta seria o início da disciplina, com o surgimento do idealismo – período pré-científico –, sendo que as teorias posteriores surgem do ponto de vista exclusivamente acadêmico, epistêmico; isto é, a disciplina teria se insulado do mundo social. Destarte, por exemplo, a história dos grandes debates conta o impacto atomístico e exógeno de grandes eventos como a segunda guerra, na disciplina, mas não trata das causas e do ambiente social por onde as teorias são criadas. Esta premissa é simbólica e central. Ela é verificada quando se aponta o impacto exógeno das guerras na disciplina (i.e., “formando agenda”, “mostrando a verdade das teorias”), mas não se apresenta as teorias enquanto produtos desta mesma base social. Esta autonomia da produção do conhecimento em relação à realidade social (i.e. da epistemologia em relação à ontologia) sugere que a realidade comprova a verdade ou inverdade de uma teoria, mas não que esta mesma realidade produz as teorias. Em outras palavras, temas e agendas até surgem atomisticamente do mundo, mas a ciência e as teorias habitam, nesta perspectiva, uma ilha ou um planeta distante que orbita tão somente o sol epistêmico.

Esta autonomia sugere que a história da disciplina não precisa ter relação direta, mas apenas relação marginal e atomística com a história concreta. Este descolamento/autonomia da epistemologia (i.e., teoria, a reflexão) é equivocado, porquanto a ciência social e seus cientistas estão enraizados nas dinâmicas da realidade social e política, e não participam de uma esfera plenamente autônoma, como a história da ciência demonstra fartamente.²¹

Essas premissas, consideradas em conjunto, mistificam e reificam uma dada situação acadêmica, marginalizando teorias e outros aportes. A relação dessas premissas com a percepção positivista é carnal²², sendo possível compreender que são um desdobramento da cosmovisão positivista, ou do que definimos como “realismo empírico”. Essa matriz

²¹ A percepção positivista sugere que pesquisadores buscariam a verdade e os fatos de forma desinteressada, tendo a ciência autonomia em relação à sociedade e aos *socius*. Obviamente se houvesse esta autonomia, a teoria vitoriosa seria a melhor teoria.

²² O positivismo, geralmente apresentado como uno, ganhou distintas tonalidades em seu desenvolvimento. Entretanto, suas diversas tonalidades não excluem seus elos principais que formam uma “matriz positivista” Cf: (Smith, 1996). Para um retrato histórico e uma definição interessante ver (Löwy, 2013).

positivista não se restringe, portanto, as teorizações sobre o objeto internacional, mas a própria disciplina.

Essa raiz comum não é ao acaso. A matriz positivista da história dos grandes debates mistifica o processo de transformação teórica e quando é entificada nas salas de aula e nos livros introdutórios encaminha estudantes para um problemático consenso, a legitimação das teorias tradicionais (positivistas e empiristas), que compartilham a mesma matriz desta narrativa.

4.2 A idolatria teórica

É possível considerar os equívocos da narrativa dos grandes debates por outro prisma, realçando um aspecto fundamental, isto é, *o insulamento apriorístico das teorias em relação à realidade social*, caracterizado, especialmente, na quarta premissa que discutimos. Entendemos que os equívocos da narrativa e das suas outras premissas nascem desse insulamento que, aqui, nomeamos de “idolatria teórica”.

A idolatria é caracterizada pela adoração exagerada de algo que termina por perverter as características objetivas desse objeto, em favor de noções projetadas sobre ele. A idolatria teórica, ou idolatria epistemológica, é a adoração científica exagerada que perverte o que é efetivamente a teoria, a ciência, a produção do conhecimento. Esta projeção de conceitos benignos a esta ciência social termina por reificar as próprias teorias, deixando de apreender o caráter transitório, historicamente situado e socialmente condicionado desta. Como observa Löwy (2013: 126), a história da ciência: “não pode escapar aos condicionamentos sociais e não se move no espaço e no tempo de forma independente do movimento histórico concreto”.

O movimento de idolatria teórica termina por duplicar o mundo, em uma esfera social (i.e., o mundo extracientífico) e uma esfera científica (i.e., o mundo científico, o mundo da reflexão), onde as relações entre ambas são desconsideradas ou ínfimas. A exacerbação da importância da ciência faz perder os vínculos desta com a realidade social, e esconde o caráter conservador e positivista da própria narrativa dos grandes debates, pois possibilita que ela própria se coloque como tão somente um meio “neutro” de apresentação da disciplina.

Essa idolatria fundamenta os equívocos do “núcleo duro”, pois desconsidera o social, o histórico e o contextual. Nesta narrativa as teorias parecem surgir por geração espontânea,

condicionadas apenas tematicamente pelo mundo empírico. Assim, o grande equívoco, deste movimento teórico e desta narrativa, é tomar a esfera científica enquanto esfera principal, separada e distinta da esfera social, invertendo a relação de incrustamento da ciência para com a sociedade²³.

Este procedimento é o passo necessário para a reificação e retroalimentação das abordagens ortodoxas. Em outros termos, *a idolatria teórica é o ato de tomar a esfera reflexiva (epistemológica) enquanto separada, distinta e prioritária em relação à esfera ontológica, submetendo a última em relação à primeira*. Em suma, a idolatria teórica é um equívoco ontológico - pois isola o dependente e toma o dependente por independente - que perverte e contamina toda a narrativa dos Grandes Debates.

Como mencionado a idolatria teórica é um tipo de insulamento apriorístico. O insulamento apriorístico é comum nas relações entre indivíduo e sociedade e ocorre geralmente insulando o indivíduo. Destarte, faz com que se apague os constrangimentos e possibilidades que a sociedade fornece aos indivíduos, analisando tão somente uma parte, e não todos os condicionantes, daquilo que dá o sentido aos atos individuais. Toma-se a parte pelo todo, e uma análise objetiva, obviamente, deve tratar da parte e do todo, sem dissociá-los. É preciso, como caracteriza brilhantemente Tolstói, superar o isolamento e perceber o indivíduo no tecido das relações sociais, para um entendimento profundo:

Se examinarmos um homem isolado, sem o relacionarmos com tudo que o rodeia, cada um de seus atos aparentaria ser livre. Mas se virmos a relação entre esse homem e qualquer coisa que o rodeia, se virmos as suas conexões com o homem que lhe fala, com o livro que lê, com o trabalho que está fazendo [...] veremos que cada uma dessas circunstâncias tem influência sobre ele e controla ao menos uma parte da sua atividade. E quantas mais influências destas observamos mais diminui a ideia que fazemos da sua liberdade, aumentando a ideia que fazemos da necessidade a que está submetido (Tolstoy, 2010: 1298-9).

Como diversos episódios demonstraram a interferência de dinâmicas extracientíficas na academia, é um erro de grande magnitude tomar por regra o insulamento. Na verdade, a regra é que a ciência social é dependente do meio social e só um caso excepcional constituiria dinâmicas acadêmicas que se colocam a parte das dinâmicas sociais. Em outras palavras o

²³ Ou seja, ao invés da ciência estar incrustada na sociedade, é a sociedade que parece ser uma crosta da ciência; um equívoco ontológico. Uma inversão próxima àquela tratada por Polanyi (2000).

insulamento pode ser uma hipótese a ser testada, mas nunca um juízo a priori, uma vez as diversas experiências históricas que solapam essa hipótese.

Isolar um processo ou tratar apenas de uma de suas partes é passo necessário para que a história conte apenas o que quisermos que ela conte. Romper com esta camisa de força só é possível reconectando os elos rompidos, e não tomando como distinto e dissociado o processo social e o processo intelectual/científico. Para superar o isolamento apriorístico, a idolatria teórica, e a reificação do mundo, é necessário retomar a relação entre ciência e sociedade, observar o caráter transitório e histórico das coisas humanas e buscar o inteiro, i.e., uma abordagem holística e relacional.

Assim, retomando a divisão teórica de Robert Cox, em que as teorias podem ser agrupadas em uma família crítica (i.e., *Critical theory*) e outra família instrumentalizada para conservar a ordem social (i.e., *Problem Solving Theory*), apontamos que também a história pode participar de uma ou de outra família. E sempre que a história for superficial ou parcial, calcada no insulamento apriorístico, na idolatria teórica e na idolatria da novidade, ela não servirá ao entendimento epistêmico.

A resiliência da “história dos grandes debates”, portanto, não se dá por seu conteúdo empírico, como o demonstra a revisão historiográfica, nem por suas premissas teóricas incontestáveis. Dá-se basicamente por três fatores: (i) a simplicidade da narrativa, semelhante a uma narrativa infantil; (ii) a legitimação das abordagens ortodoxas, como discutido; (iii) a ausência de histórias globais sobre o percurso acadêmico da disciplina. Em outras palavras, também nesse caso não são fatores exclusivamente acadêmicos, ou epistêmicos, que fomentam a grande influência da narrativa.

Deste modo, pode-se concluir que a ontologia que fundamenta essa história está em descompasso com a história da ciência social e com um entendimento efetivo do funcionamento do mundo empírico. E, além de contribuir com o erro, tal narrativa contribui para o pensamento acrítico, pois mascara os interesses dos quais as teorias sociais nunca estão dissociadas, enquanto alastra suas concepções e pressupostos sob a bandeira da neutralidade. Destarte, a história dos grandes debates aproxima-se da mitologia, como observa Bell:

Mitos, em uma leitura antropológica, são narrativas muito simplificadas que atribuem sentidos fixos e coerentes a eventos selecionados, pessoas e lugares. Eles são facilmente inteligíveis e transmissíveis, e ajudam a constituir ou apoiar visões particulares do ego, da sociedade e do mundo. [...]. As mitologias da disciplina realizam várias funções legitimadoras, classificando algumas posições como produto do progresso intelectual, jogando outras para sempre na lata de lixo da história. (Bell, 2009: 5)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O verdadeiro é o inteiro.
Mas o inteiro é só a essência que se completa mediante seu desenvolvimento”.

Georg W. F. Hegel

Este trabalho defendeu a necessidade de reconectar a “reflexão” ao “concreto”, observando a importância de tomar ambos enquanto parte de um todo, sem isolar um ou outro elemento; evitando, especialmente, o equívoco de isolar e sobrevalorizar o “elemento dependente”. Em outros termos, acreditamos que a história da disciplina de Relações Internacionais não pode ser contada, no conjunto, sem a história das próprias relações internacionais e sem uma contextualização social do surgimento das teorias.

Em vista da discussão realizada, observamos que uma história mais robusta necessita de novas bases. A partir da discussão realizada sugerimos algumas. Primeiro, acompanhar a interação entre a trajetória teórica da disciplina, a trajetória efetiva do objeto, e a trajetória social correlata evitando o isolamento apriorístico e a idolatria teórica. Assim, ao acompanhar os condicionamentos sócio-políticos na criação da teoria, evita-se também cair na falácia da neutralidade científica. Segundo, é necessário adotar termos que sintetizem conceitualmente uma abordagem, evitando termos pouco consistentes como “pós-positivismo”. Terceiro, calcar o desenvolvimento das teorias de maneira relacionada, evitando sugerir uma luta teórica perpétua (que nem sempre ocorre e nem sempre é binária), observando os pontos de contato e as premissas compartilhadas. Quarto, valorizar as abordagens marginalizadas, evitando a reificação circular das abordagens ortodoxas e, portanto, a baixa pluralidade teórica, colocando os argumentos teóricos frente a frente.

Estas novas bases criariam lentes para ver além do habitual, suscitando o cenário adequado para uma plena diversidade teórica e para o conhecimento ser buscado na complexidade e na incompletude, e não na parcialidade e na certeza. Certamente esta nova abordagem também teria seus defeitos, de imediato é possível afirmar um deles: não propiciar uma narrativa sintética, apresentada em poucos parágrafos. Entretanto, acreditamos que esta nova história poderia suscitar um entendimento mais pleno tanto das abordagens, quanto da trajetória da disciplina.

Destarte, a reificação de determinadas abordagens seria solapada, superando os modismos acadêmicos e abriria caminhos para o conhecer, sem mistificações, as teorizações tradicionais e as críticas; algo profundamente benéfico para o debate científico. Além disso, seria possível desvelar o “passaporte” oculto das teorias e os interesses que elas guardam e transmitem – interesses de gênero, classe, nação, cultura –, ainda que inconscientemente. A história da disciplina deixaria de ser uma “história” retrospectiva legitimadora. Por fim, e mais importante, esse entendimento contribuiria para formar estudantes e pesquisadores com uma formação humanística mais ampla, aspecto fundamental tanto do ponto de vista epistêmico, quanto societário.

Afinal, como lembra Hegel, a verdade é o inteiro, sendo fundamental superar a especialização acadêmica demasiada, em busca de uma visão holística. É imprescindível questionar os consensos acadêmicos e sociais, afinal outras gerações já demonstraram que nem sempre o verdadeiro é aquilo que a coletividade, social ou acadêmica, acreditava. E nunca é possível saber se não estamos nesses tempos.

6. REFERÊNCIAS

ALBRECHT, U.; BRAUCH, H. 2008. Security in peace research and security studies. In: BRAUCH, H. **Globalization and Environmental Challenges**. Heidelberg: Springer, v. 3, p. 503-526.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2002. Tradução de F. Rodríguez. São Paulo: Edições Loyola, v. II.

ASHWORD, L. Of Great Debates and the History of IR: Why the 'Great Debate' Story is Wrong. **E-International Relations**. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2014/02/12/of-great-debates-and-the-history-of-ir-why-the-great-debate-story-is-wrong/>>. Acesso em: 20 Dezembro 2014.

- ASSIS, J. 1997. Filosofia da ciência. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs130416.htm>>. Acesso em: 7 Julho 2015.
- BELL, D. 2009. Writing the world. **International Affairs**, v. 1, n. 85, p. 3-22.
- BHASKAR, R. 1979. **The possibility of naturalism**. New York: Routledge.
- BURCKHARDT, J. 1996. **Reflexiones sobre la historia mundial**. México: Fondo de cultura económica.
- CARR, E. 1961. **What is history?** New York: Vintage.
- CARR, E. 2001. **Vinte anos de crise**. Tradução de L. Machado. Brasília: UNB.
- CARVALHO, B. *et al.* 2011. The Myths That Your Teachers Still Tell You about 1648 and 1919. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 39, n. 3, p. 735-758.
- COMTE, A. 1978. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril cultural.
- CORRÊA, F. 2013. A distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia na obra de Errico Malatesta.
- COX, R. 1981. Social forces, states and World Orders. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2.
- DIESING, P. 1991. **How social sciences work**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- DUAYER, M. 2003. Economia depois do relativismo: Crítica ontológica ou ceticismo instrumental. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec9/pdf/A09%20-%20Duayer,%20Mario.pdf>>. Acesso em: 28 Junho 2015.
- GOLDMANN, L. 1984. **Las ciencias humanas y la filosofía**. Tradução de J. Altinari. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- HEGEL, G. 1997. **Enciclopedia de las ciencias filosóficas**. Tradução de R. Plana. 1. ed. Madrid: Alianza Universidad.
- HOFFMAN, S. 1977. An american social science: International Relations. **Daedalus**, v. 106, n. 3, p. 41-60.
- HOLLIS, M.; SMITH, S. 1990. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Oxford University Press.
- HOUAISS, A. 2001. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. objetiva, Versão 1.0
- JACKSON, R.; SØRENSEN, G. 2007. **Introdução às Relações Internacionais**. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar.
- KOSIK, K. 1976. **Dialética do concreto**. Tradução de C. Neves e A. Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAKE, D. 2013. Theory is dead, long live theory. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 567-587.

LAWSON, G.; HOBSON, J. 2008. What is history in international relations? **Millenium: Journal of International Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 415-435.

LÖWY, M. 2013. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. 10. ed. São Paulo: Cortez.

LUKÁCS, G. 1978. As bases ontológicas do pensamento e da atividade humana. **Temas de ciências humanas**, 1-18. Disponível em: <www.giovannialves.org/Bases_Lukács.pdf>. Acesso em: 20 Junho 2015.

MARIAS, J. 2004. **Historia da Filosofia**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.

MORIN, E. 2011. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. Brasília: Cortez.

MOSER, P. *et al.* 2009. **A teoria do conhecimento**: uma introdução temática. Tradução de Marcelo Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

NIETZSCHE, F. 1978. **Fragments posthumes**. Paris: Gallimard.

NIINILUOTO, I. 2002. **Critical scientific realism**. Oxford: Oxford University Press.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. 2005. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier.

POLANYI, K. 2000. **A grande transformação**. Tradução de F. Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.

SARAMAGO, J. 1998. A Estátua e a Pedra. Disponível em: <<http://www.josesaramago.org/a-estatua-e-a-pedra/>>. Acesso em: 22 Abril 2015.

SCHMIDT, B. 2012. On the history and historiography of international relations. In: CARLNAES, W. **Handbook of International Relations**. London: Sage.

SMITH, S. 1996. Positivism and Beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Relations Theory**: positivism and beyond. London: Sage.

SMITH, S. 2000. The discipline of international relations still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374-402, October.

SMITH, S. *et al.* 1996. **International Relations Theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press.

TOLSTOY, L. 2010. **War and Peace**. Tradução de Louise and Aylmer Maude. Oxford: Oxford University Press.

VANDENBERGHE, F. 2010. **Teoria social realista**. Belo Horizonte: UFMG.

WAEVER, O. 1996. The rise and fall of inter-paradigm debate. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Relations Theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press.,

WAEVER, O. 2005. Figures of International thought. In: NEUMANN, I.; WAEVER, O. **The future of International Relations**. New York: Routledge. p. 1-40.

